



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DA PEC N.º 344/2013 - REFORMA POLÍTICA

EMENDA n.º , de 2015.

(Do Sr. Weverton Rocha e outros)

Altera o art. 2º da PEC 352/2013 para vedar as coligações nos pleitos proporcionais; aumentar o desempenho mínimo para eleição de deputados federais e implicitamente retirar dispositivos que modificam o sistema eleitoral, instituem a federação de partidos e facilitam a criação de novas agremiações.

Dê-se nova redação ao § 1º-A e ao §2º do art. 17; aos arts. 27 e 29; e ao §3º do art. 45, constantes do art. 2º da PEC 352/2013.

“**Art. 17.**.....

§1º.

§1º-A. As coligações são vedadas em eleições proporcionais.

§2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral. (NR)”

§3º

.....

“**Art. 27.** O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá a três vezes o da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze. (NR)”

Art. 29.

“I- eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e **concomitante realizado em todo o País**; (NR)”

II-

III-

“**Art. 45.**.....

.....

§3º. Não será eleito deputado o candidato que não tiver obtido votos nominais correspondentes a, pelo menos, **quinze por cento** do Quociente Eleitoral. (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil tem hoje 32 partidos, sendo que 28 tiveram representantes eleitos para a Câmara Federal em 2014. O País apresenta o sistema mais fragmentado do mundo, com grave ônus para a governabilidade. O grande número de partidos dificulta o consenso, e gera coalizões *ad hoc*, sem qualquer princípio ideológico, muitas vezes. A emenda aqui apresentada visa a corrigir alguns dispositivos que contribuem para tanto.

As coligações facilitam a eleição de partidos nanicos, além de aumentar o distanciamento entre o representante e o eleitor, que vota em um candidato, ou uma legenda, e acaba por eleger um representante de agremiação diferente, muitas vezes com princípios ideológicos diversos.

Outro aspecto que contribui para a baixa identificação do eleitor com o eleito é o ingresso de candidatos menos votados em detrimento dos mais votados. Assim, a emenda aumenta o desempenho mínimo do parlamentar de 10% do quociente eleitoral para 15%.

No sentido da diminuição do número de agremiações e do aumento da identificação do eleitor, a emenda suprime os dispositivos que reduzem as exigências para a criação de partidos, inclusive a permissão para a criação de legendas apenas com o apoio mínimo de 25 deputados.

Coerentemente, a emenda suprime os dispositivos que alteram o sistema eleitoral, visando ao aumento da identificação do eleitor pela diminuição dos distritos. Com a eliminação das coligações e a exigência de um desempenho mínimo dos parlamentares, estas alterações se fazem desnecessárias. Da mesma forma, a introdução da federação de partidos.

Trata-se de emenda fundamental para uma Reforma Política, que vise a aproximação do eleitor e do eleito, com consequente aumento da responsabilização (*accountability*) e da participação política, com melhoria da imagem da instituição.

Neste sentido, peço o apoio dos pares para a presente emenda.

Sala das Comissões, em de fevereiro de 2015.

Weverton Rocha

Deputado Federal - PDT/MA